

PF cumpre mandados em investigação de integrantes da OAB-SP

A Polícia Federal cumpriu mandados de busca e apreensão nesta segunda-feira (16/8) em uma investigação que apura supostos crimes de corrupção, tráfico de influência, advocacia administrativa e outros ilícitos praticados no âmbito da seccional da OAB de São Paulo.



REPRODUÇÃO

Policiais federais deram cumprimento a seis mandados de

busca e apreensão, em São Paulo, Santana de Parnaíba (SP) e Jundiaí (SP).

Dois acusados de envolvimento foram cautelarmente afastados de suas funções na Ordem dos Advogados do Brasil, segundo a PF. De acordo com a OAB-SP, no entanto, essa informação se refere à primeira fase da operação, que foi feita em novembro. A entidade também informou que nenhum integrante da atual gestão ou conselheiro estava entre os alvos das buscas desta segunda.

[Em nota](#), a OAB-SP afirmou ainda que "todos os procedimentos internos permanecem hígidos, sendo que aguardamos as conclusões das investigações policiais para que a sindicância interna, em curso, seja complementada e finalizada".

"Em cumprimento ao Estatuto da Advocacia, Lei Federal nº 8.906/94, a OAB SP, atendendo chamado da Polícia Federal, está desde o início da manhã acompanhando a realização das diligências policiais, como é imperativo legal em casos em que os inscritos nos seus quadros são objeto de mandados de busca e apreensão."

O caso

A investigação teve início em setembro de 2020, após o recebimento da denúncia do advogado Anderson Hernandes, informando ter sido vítima de um grupo composto por um empresário e dois advogados, sendo um deles, à época, membro do conselho seccional da OAB-SP.

Hernandes possui contra si 83 processos disciplinares no Tribunal de Ética e Disciplina da OAB-SP. Conforme o seu relato, a maioria foi instaurada em decorrência de representações de juízes alegando captação ilícita de clientes.



No entanto, ela alega que vem sendo perseguido em razão de sua atuação contumaz contra instituições financeiras. A **ConJur** também identificou um membro da Comissão de Prerrogativas da entidade que teria acompanhado pessoalmente uma das diligências da Polícia Federal. Ele, contudo, se negou a comentar o assunto.

Uma primeira leva de mandados foi cumprida em [novembro de 2020](#), quando a PF [apreendeu computadores e celulares](#) de uma conselheira da seccional de São Paulo da OAB, de um advogado e de um empresário. Na época, a OAB-SP informou que determinou a imediata apuração interna sobre o caso, e que estava cooperando com as autoridades competentes.

Desdobramentos

Com o avanço das investigações, segundo a PF, "foi possível verificar a verossimilhança dos fatos alegados, sendo constatado que o grupo solicitou contrapartida financeira para atuar junto ao Tribunal de Ética e Disciplina da OAB-SP e encerrar processos disciplinares em tramitação naquele Tribunal, bem como retirá-los de pauta".

Como resultado da análise dos elementos de informação coletados em novembro, a Polícia Federal diz que foi possível "identificar indícios da prática dos crimes investigados, a existência de outros casos aparentemente análogos ao caso denunciado, bem como indícios da participação de Conselheiro Federal da OAB (atualmente licenciado da função) no esquema criminoso".

O conselheiro mencionado pela PF renunciou no final do ano passado, após a primeira fase da operação. A seccional de São Paulo da OAB afirma que tem colaborado com as investigações desde o início, [conforme informado](#) à época.

Segundo a PF, os investigados poderão responder pelos crimes de corrupção passiva (artigo 317 CP), corrupção ativa (artigo 333 CP), tráfico de influência (artigo 332 CP), advocacia administrativa (artigo 321 do CP) e associação criminosa (artigo 288 CP), com penas que podem alcançar 12 anos de reclusão.

Repercussão

Para o pré-candidato à presidência da seccional **Leonardo Sica**, "é triste ver a OAB-SP envolvida em tantas denúncias, sobretudo nesse momento em que precisamos de instituições fortes para defender nossa democracia".

"Porém, como advogados, temos o dever de não prejudicar, defender uma investigação justa e que respeite as garantias individuais. Denúncias e suspeitas exigem prova, contraditório. Não esperem de nós uso político de investigação, muito menos ataques à reputação ou desqualificação de pessoas a priori. Que o judiciário faça seu trabalho. E a OAB nos responda com transparência, apurando os fatos e tomando providências públicas."



A advogada e pré-candidata **Dora Cavalcanti** também manifestou preocupação. "A notícia é extremamente preocupante e já tinha gerado alarme em setembro passado. A classe aguarda o pronunciamento da Ordem a respeito dos fatos."

"Infelizmente mais uma vez a nossa OAB-SP aparece como alvo da Polícia Federal deixando de ser protagonista para ser uma entidade investigada. Isso é muito triste e preocupante em um momento em que muito se espera da advocacia, sobretudo da advocacia paulista que reúne o maior número de advogados do Brasil. Uma entidade que tem quase 500 mil inscritos e que é portadora da voz da sociedade civil organizada. Fatos lamentáveis como esse só contribuem para depreciar a imagem de uma instituição que tem sua história marcada na advocacia brasileira", afirma **Mário de Oliveira Filho**, pré-candidato à presidência da OAB-SP.

"É o dia de luto na advocacia. Nunca estivemos tão desgastados. Estamos vivendo uma tragédia nessa gestão. O presidente está deixando um envergonhamento para a classe. Não podemos deixar. Temos que recuperar a dignidade e a valorização da advocacia", disse **Alfredo Scaff**, pré-candidato à presidência da OAB-SP.

Por fim, **Antonio Baptista Gonçalves**, também pré-candidato, disse que "o Tribunal de Ética deve ser o órgão mais transparente e ilibado da seccional paulista". "Porém, sua suposta utilização para tráfico de influência, corrupção, entre outros, denota o reflexo da atual gestão que prima pela falta de liderança e representatividade. Que se apurem as responsabilidades e, mais do que isso, a advocacia exige mudança e respeito!"

Clique [aqui](#) para ler o posicionamento de 16/8 da OAB-SP

Clique [aqui](#) para ler o posicionamento de 17/8 da OAB-SP

**reportagem atualizada às 13h de 17/8/2021*

Autores: Redação ConJur